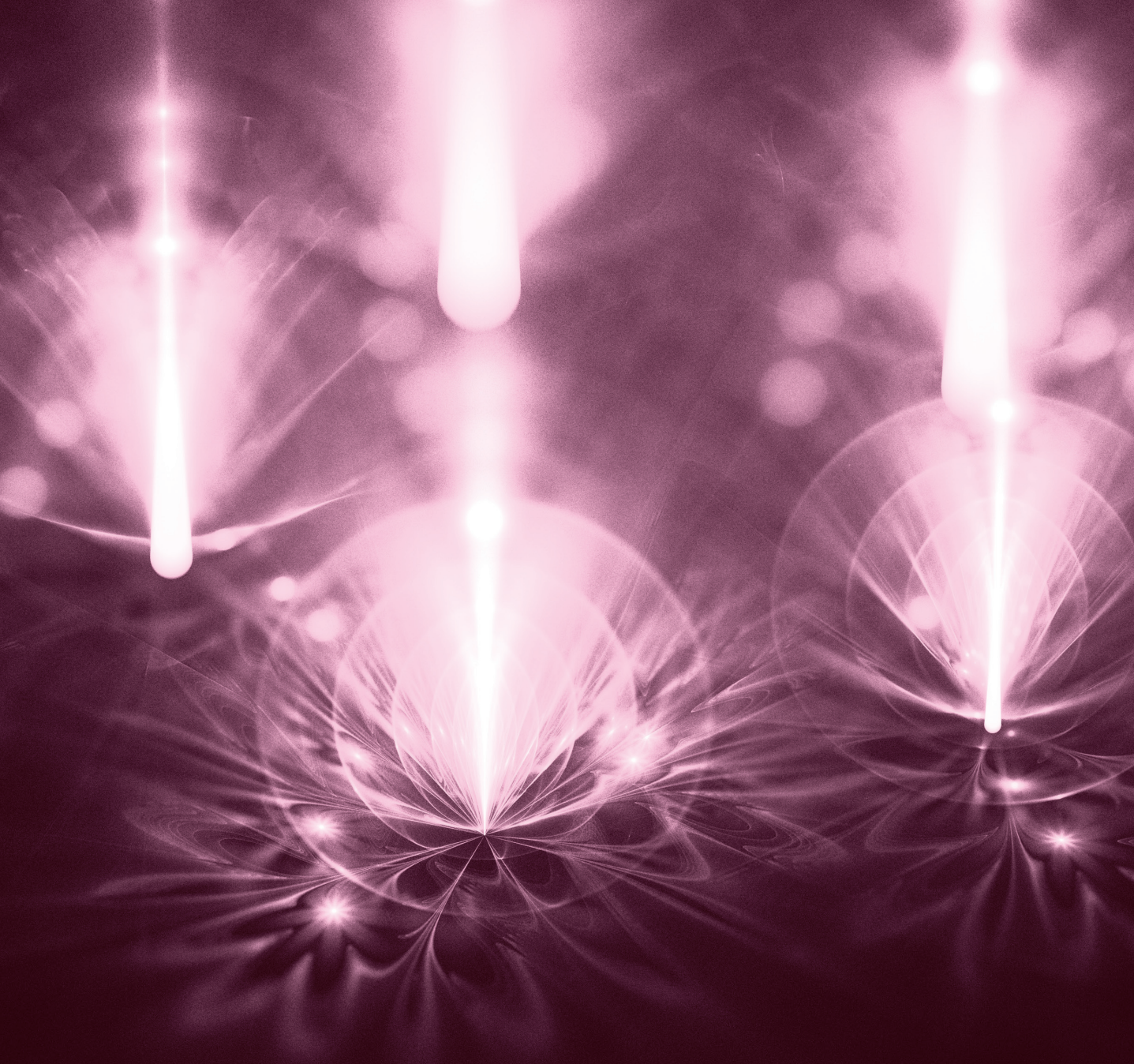

Starline/Freepik

Da religião à espiritualidade na educação: rumo a uma regulamentação política da espiritualidade?

Solange Lefebvre

resumo

A análise da emergência do conceito de espiritualidade nas políticas públicas educacionais revela diversas tensões em ação nos campos religioso e secular. Constituirá essa emergência um estratagema por parte de grandes grupos religiosos para preservar uma influência em sociedades que estão pondo um fim às alianças oficiais com eles? Tornou-se o conceito de espiritualidade abrangente o bastante para designar qualquer busca de significado, e também para satisfazer à aspiração por uma igualdade formal entre todas as formas de crenças, cultos e descrenças? Este artigo aborda a questão da espiritualidade e como ela foi integrada no arranjo legislativo escolar da província canadense do Quebec. Para isso, analisa-se a criação, nessa província, do Serviço de Atendimento e Orientação Espiritual e Envolvimento Comunitário. Pensado para ser neutro, ele é dirigido a estudantes religiosos e não religiosos, em um esforço de promoção de uma lógica da igualdade.

Palavras-chave: secularismo; diversidade religiosa; educação; Quebec; Canadá.

abstract

The analysis of the emergence of the concept of spirituality in public education policies reveals various tensions at work in the religious and secular fields. Is this emergence a ploy by large religious groups to preserve influence in societies that are putting an end to official alliances with them? Has the concept of spirituality become broad enough to designate any search for meaning, and also to satisfy the aspiration for formal equality between all forms of beliefs, cults, and non-beliefs? This article addresses the issue of spirituality and how it has been integrated into the school legislation of the Canadian province of Quebec. It analyzes the creation in that province of the Spiritual Care and Guidance and Community Involvement Service. Designed to be neutral, it is aimed at both religious and non-religious students, in an effort to promote a logic of equality.

Keywords: *secularism*; *religious diversity*; *education*; *Quebec*; *Canada*.

Wirestock/Freepik

A província do Quebec é por vezes considerada um caso radical de secularização no Canadá. Desde a década de 1960, o campo da educação e da religião persiste como um assunto perpétuo de debate. De fato, se outras partes da sociedade foram em sua maioria secularizadas (saúde e serviços sociais, universidades, faculdades), o sistema escolar público, tanto no nível primário quanto no secundário, permaneceu amplamente confessional. Durante a década de 1990, no entanto, após várias fases de discussão e transformação progressiva, os conselhos escolares foram estabelecidos a partir de uma base linguística, em vez de religiosa, e, em 1997, a emenda bem-sucedida dos parágrafos 1 a 4 do artigo 93 da Constituição canadense liberou o Quebec das obrigações confessionais contidas naquele artigo. 2008 foi o ano oficial durante o qual o Quebec cancelou as opções de cursos confessionais católicos, protestantes ou morais em favor de um curso obrigatório de ética e cultura religiosa – que se apresenta como neutro – para escolas públicas e privadas (Charron, 1995;

Este artigo é uma versão traduzida e atualizada do capítulo intitulado "From religion to spirituality in education: towards a political regulation of spirituality?", publicado originalmente no volume *Issues in religion and education: whose religion?*, organizado por Lori G. Beaman e Leo Van Arragon e publicado em 2015 pela Editora Brill. O conteúdo está licenciado sob CC BY-NC-ND 4.0. Tradução de Guilherme Borges.

SOLANGE LEFEBVRE é professora da Universidade de Montreal e pesquisadora do projeto Nonreligion in a Complex Future (NCF), Canadá.

Béland; Lebuis, 2008; Cherblanc; Rondeau, 2010; Estivalèzes; Lefebvre, 2012; Lefebvre, 2014). Será abordada aqui a questão da espiritualidade integrada ao novo arranjo legislativo que ocorreu na esteira dessas reformas. A análise será efetuada com base na leitura de textos emitidos por organismos governamentais, bem como de outros dados coletados desde 2006 junto a funcionários escolares. A leitura desses textos e dados será perpassada por reflexões teóricas.

A investigação do surgimento do conceito de espiritualidade em políticas públicas, tanto no Quebec como em outros lugares, revela várias tensões em ação nos campos religioso e secular: constitui um estratagema por parte de grandes grupos religiosos para preservar uma influência em sociedades que estão pondo fim às alianças oficiais com eles? Tornou-se um conceito abrangente para designar qualquer busca por significado, e também para satisfazer a uma busca por uma igualdade formal entre todas as formas de crenças, cultos e descrenças?

UM CONCEITO GENERALIZADO

Às vezes, pode-se perguntar se ainda há algo a dizer sobre o conceito de espiritualidade, cujo uso se expandiu grandemente na literatura sobre modernidade religiosa desde a década de 1960. Sociólogos da religião produziram um grande número de trabalhos relacionados com essa questão, em que apresentam a espiritualidade como estando mais ou menos em desacordo com as tradições e as autoridades religiosas, e caracterizada por um sentido de desenvolvimento pessoal (Vincette; Woodhead, 2009; Roof, 1993; Campiche, 1997), em um contexto de enfraquecimento das categorias religiosas, em que dominam agora percepções mais abstratas e incertas do religioso (Eslin, 1997). Para além dessas tendências gerais, o estudo das correntes ou movimentos que se reivindicam espirituais constitui, no entanto, um vasto campo de investigação, mesmo sem se considerar a impressionante literatura encontrada nos domínios da saúde e da psicologia (Lefebvre, 2001), especialmente nos Estados Unidos.

Por seu lado, este artigo examina os aspectos institucionais e políticos da espiritualidade. O que é que se passa com a integração dessa categoria nas declarações legislativas e de missão das instituições públicas e paragovernamentais, como as escolas? Como é que o campo político tem entendido esse conceito? Como ele é definido e em que moldes?

Em muitos países, o pluralismo crescente, juntamente com a individualização da religião, provocou diversas instituições e organizações a passar de uma perspectiva exclusivamente "cristã" para uma perspectiva mais "espiritual" ou "inter-religiosa". Além disso, diversos "ministérios pastorais" públicos assumiram o nome de "serviços espirituais". Por exemplo, a Associação de Cuidados Pastorais de Saúde do Quebec mudou seu nome para Associação de Profissionais de Cuidados Espirituais do Quebec[1] (AIISSq, 2014),

1 Esta associação tem uma parceria exclusiva com a CASC/ACSS (Canadian Association for Spiritual Care/ Association Canadienne de Soins Spirituels). Ver CASC/ ACSS (2014).

e vimos desenvolvimentos semelhantes no sistema de escolas públicas (Charron; Nyabenda, 2013; LeBrun, 2014). Ao mudarem de nome, essas associações pretendem alargar o seu mandato, de pastoral e cristão, relacionado com igrejas, para um mandato mais amplo, que inclua não só cristãos, mas também indivíduos pertencentes a outras religiões ou que se entendam como "espirituais sem religião" ou "não religiosos". Mesmo nos Estados Unidos, país maioritariamente cristão e religioso, ocorrem aqui e ali mudanças de designação semelhantes, assim como na Grã-Bretanha.

Três questões críticas podem ser colocadas desde o início. A primeira questão diz respeito ao fato de o conceito de espiritualidade ter sido usado desde a Segunda Guerra Mundial como uma crítica às religiões institucionalizadas. Apresentar-se como "espiritual em vez de religioso" tornou-se lugar-comum para indicar experiências religiosas mais individuais e livres, independentes das normas de uma instituição (Roof, 1993; Campiche, 1997).

A segunda diz respeito ao significado implícito da passagem da designação de uma religião particular para algo mais alegadamente inclusivo, como o conceito de espiritualidade, que diria respeito a todos. As origens do uso institucional do conceito são difusas. Por uso institucional, queremos sugerir aqui o seu emprego por organizações seculares em referência às necessidades espirituais dos seus públicos, particularmente nos domínios da saúde, dos serviços sociais e da educação (Binder, 2011). E os textos fundamentais de definição dos direitos humanos? Os próximos parágrafos examinam uma definição-chave oferecida pelo Supremo Tribunal do Canadá e alguns textos internacionais acerca desse tema.

Em 2004, o Supremo Tribunal do Canadá elaborou uma definição relativa ao direito fundamental à liberdade religiosa. Vale a pena analisar os parágrafos principais dessa definição:

"Definida em termos gerais, a religião envolve tipicamente um sistema particular e abrangente de fé e culto. Na sua essência, a religião diz respeito a convicções ou crenças pessoais livres e profundas, ligadas à fé espiritual de um indivíduo e integralmente vinculadas à sua autoidentificação e realização espiritual. As práticas religiosas permitem aos indivíduos promover uma ligação com o divino ou com o sujeito ou objeto dessa fé espiritual. A liberdade religiosa, nos termos da Carta dos Direitos do Homem e das Liberdades do Quebec (e da Carta Canadense dos Direitos e das Liberdades), consiste na liberdade de realizar práticas e de ter crenças, com um nexo com a religião, nas quais um indivíduo demonstra realizar ou acreditar sinceramente em função da sua fé espiritual, independentemente de uma determinada prática ou crença ser exigida pelo dogma religioso oficial ou estar em conformidade com a posição dos funcionários religiosos. Este entendimento é coerente com um entendimento pessoal ou subjetivo da liberdade religiosa.

Para definir a liberdade religiosa, devemos primeiro perguntar-nos o que entendemos por 'religião'. Embora talvez não seja possível definir religião com exatidão, é útil uma definição externa, uma vez que apenas as crenças, convicções e práticas enraizadas na religião – em oposição às que são

seculares –, alicerçadas socialmente ou conscientemente defendidas, são protegidas pela garantia à liberdade religiosa. Definida de forma ampla, a religião envolve tipicamente um sistema particular e abrangente de fé e culto. A religião também tende a envolver a crença em um poder divino, sobre-humano ou de controle" (Syndicat, 2004, par. 39).

O Supremo Tribunal não opõe a espiritualidade à religião enquanto tal, mas tende a associar a espiritualidade à fé e à subjetividade. De fato, o texto tem o cuidado de não colocar os dois em oposição, utilizando frequentemente os dois adjetivos, religioso e espiritual, ao mesmo tempo. Afinal, o que está em causa é a liberdade religiosa; mas faz a distinção entre religião institucional e fé subjetiva ou pessoal. Também menciona o que *não* está relacionado com a liberdade de religião: "Apenas as crenças, convicções e práticas enraizadas na religião – em oposição às que são seculares –, alicerçadas socialmente ou conscientemente defendidas, são protegidas pela garantia à liberdade religiosa". O vocabulário é bastante comum na literatura sobre espiritualidade: autorrealização, crenças, transcendência, fé, ligação com o divino ou com o sujeito ou qualquer objeto dessa fé espiritual.

Os principais textos internacionais também mencionam a espiritualidade como algo digno de proteção. Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos mencione o conceito de liberdade religiosa apenas uma vez, no artigo 2°, a Convenção sobre os Direitos da Criança manteve uma utilização histórica do conceito de espiritualidade. O adjetivo "espiritual" é mencionado várias vezes na versão de 1989. O historiador Ferretti, ao analisar o papel dos grupos católicos nos grandes debates internacionais sobre essa questão, aponta que uma primeira convenção, de 1924, designada "Declaração de Genebra", menciona o direito da criança ao desenvolvimento espiritual. Mais tarde, nos debates em torno da adoção dessa declaração pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1959, a primeira versão do documento omite a afirmação a respeito do desenvolvimento espiritual. Se "a visão liberal e laica dos direitos da criança deve sobrepor-se globalmente à concepção católica", as contestações de vários grupos, nomeadamente católicos, levaram a ONU a reintegrar esse aspecto da proteção do desenvolvimento espiritual da criança (Ferretti, 2015).

Alguns países, como os Estados Unidos e a Inglaterra, utilizam amplamente o conceito de espiritualidade nas suas políticas de saúde, educação e sistema prisional. No entanto, Winnifred Sullivan observa que, por detrás dessa espiritualidade aparentemente universal, pode residir uma pressão sobre os indivíduos para serem espirituais em um sentido largamente enquadrado pelo cristianismo e outras religiões (Sullivan, 2005; 2009; 2014). No seu estudo de um caso judicial no contexto norte-americano, ela evoca a "naturalização" da religião, ou seja, "um processo legal e social pelo qual a religião e a espiritualidade são cada vez mais vistas nos Estados Unidos como um aspecto natural e largamente benigno – ainda que variado – da condição humana, que deve ser acomodado e não segregado pelo governo" (Sullivan, 2009, p. 2).

A terceira questão crítica diz respeito à apropriação da posição espiritual por ateus,

da mesma forma que se pode ser espiritual sem uma religião e sem um Deus ou deuses. Essa apropriação demonstra o poder do conceito, que parece ter-se imposto em uma arena de buscas concorrentes de sentido. De fato, cada vez mais ateus falam agora da sua espiritualidade, argumentando que pode haver uma procura fundamental de sentido sem Deus. O filósofo francês André Comte-Sponville é um dos pensadores que difundiram o conceito de espiritualidade sem Deus: "Ser ateu não significa renunciar a toda vida espiritual. Pelo contrário, significa dar-se os meios, pelo menos em teoria, para alcançar uma outra espiritualidade: uma espiritualidade naturalista ao invés de humanista" (Comte-Sponville, 2006; 2010, p. 34). As ideias de Comte-Sponville parecem ter sido inspiradas notavelmente pelas espiritualidades orientais que se definem sem deuses.

Poderíamos colocar a hipótese de que o conceito de espiritualidade é, atualmente, o espaço de maior consenso no que diz respeito ao lugar que pode ser dado à noção de uma dimensão superior, imaterial, e de uma procura de sentido no meio educacional, como em outros locais, pelo menos em alguns contextos? Em caso afirmativo, quais seriam seus conteúdos e regulamentações?

POLÍTICA E RELIGIÃO: DA CONFESSIONALIDADE À ESPIRITUALIDADE

No Quebec, até recentemente, as igrejas católicas e protestantes tinham o privilégio de oferecer ensino confessional em determinados sistemas públicos de educação. Em 2000, foram introduzidas certas disposições na Lei da Educação do Quebec. Foi atribuída às escolas a seguinte responsabilidade: elas deveriam "facilitar o desenvolvimento espiritual dos alunos de modo a promover sua realização pessoal" (art. 36) no âmbito de um projeto educativo que buscava respeitar a liberdade de consciência e de religião dos alunos, dos pais e dos funcionários da instituição escolar (art. 37). No outono de 2008, o ensino religioso ensinado em escolas públicas assumiu a forma de uma série de cursos intitulados Ética e Cultura Religiosa, que deveriam ser neutros, o que significa que não se destinariam a "acompanhar os alunos em uma busca espiritual" (Mels, 2008). Além disso, um novo serviço foi implementado em setembro de 2001 no nível secundário e, em 2002, nas escolas primárias. Tratava-se do Serviço de Atendimento e Orientação Espiritual e Envolvimento Comunitário. Pensado para ser neutro, ele foi dirigido a estudantes religiosos e não religiosos, o que também implicou que a capelania confessional deixasse de ser permitida (Mels, 2006).

Essa reforma teve enormes consequências para as igrejas do Quebec, que perderam uma importante fonte de receitas e de legitimidade para apoiar as suas atividades pastorais. De modo mais geral, as instituições públicas tiveram que lidar com novas profissões: professores de Ética e Cultura Religiosa, e também animadores de cuidados espirituais nas escolas. Acontece que um novo partido político eleito em 2017 para governar a província do Quebec, por razões de identidade nacional dessa província, resolveu abolir o programa de Ética e Cultura Religiosa em 2020, ao mesmo

tempo que eliminou a menção à busca espiritual na Lei da Educação. Um novo programa de estudos sobre a cultura e a cidadania quebequense foi implementado em seu lugar em 2023-2024. O serviço neutro de assistência espiritual, orientação e envolvimento comunitário ainda está em vigor, embora a intensidade de sua presença varie de escola para escola.

Mas o que entendemos por espiritualidade e como a escola deve abordá-la? Antes de refletir sobre essa questão, é importante recordar as principais etapas da enorme reflexão sobre educação pública e religião que o Quebec atravessou desde os anos de 1960.

Nessa província canadense, desde os anos 60, a educação confessional pública conheceu um enfraquecimento progressivo ou uma secularização, segundo as seguintes etapas:

1) Em primeiro lugar, existia um projeto fortemente confessional, negociado pelos bispos católicos, após a criação do Ministério da Educação em 1964. A possibilidade de dispensa de um curso confessional de religião só se apresentou no início da década de 1970.
2) Em 1983, imperativos orientados para um maior respeito pelos direitos e liberdades levaram ao aparecimento de uma alternativa à disciplina de Educação Religiosa e Moral Católica. Tratava-se do curso de Educação Moral (Cadrin-Pelletier, 2005, pp. 96-7). Entretanto, essa opção revelou-se igualmente problemática. Muitos pais consideravam que os seus filhos estavam sujeitos à pressão dos colegas para escolherem uma ou outra opção. O curso confessional foi largamente escolhido nesse processo.
3) Ao longo dos anos, a educação religiosa confessional eliminou progressivamente uma abordagem estritamente iniciática e catequética, relegando-a para as paróquias, a fim de satisfazer à procura crescente de abordagens pluralistas e culturais. Em 1983, a Assembleia dos Bispos Católicos do Quebec decidiu deixar de oferecer a preparação imediata para os sacramentos na escola, distinguindo assim a educação cristã da iniciação cristã. No entanto, os serviços pastorais continuaram a ser oferecidos nas escolas, favorecendo assim a ligação com as paróquias e promovendo atividades pastorais diversificadas junto às crianças e adolescentes.
4) Durante esses anos, a ênfase no conceito de espiritualidade tornou-se cada vez mais presente, enquanto as referências confessionais sofreram redução.
5) A progressiva desconfessionalização de todo o sistema escolar, iniciada em 1995, acabaria por incluir a consideração pela espiritualidade na vida escolar, tanto através do que foi alocado na Lei da Educação do Quebec acerca do desenvolvimento espiritual dos alunos, quanto pela criação do serviço dedicado ao envolvimento comunitário e aos cuidados espirituais dos alunos, no lugar da animação pastoral cristã (2000). A essas medidas, seguiu-se a implementação do curso de Ética e Cultura Religiosa, que tomou o lugar do ensino religioso confessional (2008). Como mencionado anteriormente, a espiritualidade foi removida da Lei da Educação em 2019 e um novo programa de

acordo com uma atenção muito menor ao religioso foi implementado em 2023. Mas o serviço de cuidados espirituais ainda está em vigor.

No seu estudo sobre as recentes reformas dos serviços espirituais nos sistemas de saúde do Quebec, Erin LeBrun observou uma convergência entre os sistemas educativo e de saúde. Ao lado das mudanças na definição do seu papel e da sua associação com a Igreja Católica, os profissionais dos cuidados espirituais assistiram a uma série de alterações no seu título profissional. Inicialmente designados por *aumôniers* (capelães), um termo associado ao clero, passaram a ser conhecidos por animadores pastorais nos anos 1980. Em 2010, sem mudança de nome oficial, o governo referiu-se a eles na sua literatura de orientação como animadores espirituais. Curiosamente, uma mudança semelhante no título da função foi observada mais de dez anos antes no domínio da educação (LeBrun, 2014; MSSS, 2010). Mas a parte mais significativa dessa transição diz respeito ao fato de esses animadores no meio escolar – à semelhança da situação dos animadores no serviço de saúde – já não receberem mandatos "pastorais"; os mandatos em caráter oficial dos grupos religiosos majoritários do Quebec já não eram necessários. Assistimos assim ao aparecimento de uma profissão encarregada dos cuidados espirituais, mas sem filiação às religiões institucionais.

Quando se trata da regulamentação de serviços religiosos públicos europeus, e especificamente franceses, análises demonstraram que a tarefa de designar os capelães hospitalares foi sistematicamente atribuída a autoridades religiosas, cujas opções eram depois validadas por autoridades públicas (Fornerod, 2012, p. 6). Em contraste, no Quebec, entre 2001 e 2011, verificou-se uma delimitação entre, de um lado, instituições religiosas (sobretudo católicas, protestantes e judaicas) e, de outro, os serviços públicos de educação e saúde. A esse respeito, registou-se uma evolução peculiar, no sentido de que as instituições políticas e de saúde pública passaram a assumir a gestão do "espiritual", marginalizando progressivamente instituições religiosas tradicionais, como a Igreja Católica. Se uma série importante de reformas precedeu essas mudanças no domínio da educação, elas ocorreram de forma mais gradual e menos pública nos serviços de saúde. Entre os fatores que induziram a essas transformações, é de se salientar a sindicalização dos animadores espirituais no final dos anos 2000 e o número crescente de leigos que assumem esse papel, bem como a afirmação contínua de uma laicidade aberta no Quebec, através de diversos debates e documentos públicos.

No que diz respeito à análise das diferentes etapas que ocorreram no setor educacional, cumpre fazer referência a uma vasta documentação. O governo do Quebec investiu substancialmente nas discussões sobre religião nas escolas, especialmente a partir da criação do Ministério da Educação, em 1964. Desde a sua criação, foi implementado igualmente um conselho superior da educação (Conseil Supérieur de l'Éducation [CSE]), que integrou os comitês católicos e protestantes que, há mais de cem anos, formavam um conselho escolar público (Saint-Pierre, 2007). O Ministério da Educação instituiu igualmente dois novos cargos – ministros

adjuntos das duas confissões cristãs –, que passaram a fazer parte do CSE. Os comitês foram encarregados, de forma independente, de aconselhar o ministro sobre questões de educação religiosa, bem como sobre as dimensões morais e religiosas do sistema escolar sob uma perspectiva confessional. Em 2000, as comissões católica e protestante foram suprimidas, dando lugar à Comissão de Assuntos Religiosos.

Entre 2003 e 2007, a nova Comissão de Assuntos Religiosos publicou inúmeros relatórios, porém, após tal período, esses relatórios deixaram de ser veiculados oficialmente pelo governo do Quebec. Isso se deu por uma série de tensões significativas entre a comissão e o governo (Chouinard, 2013). Há dois aspectos dignos de menção no que se refere a esse ponto. Um deles diz respeito à proposta de uma "Carta de Valores" apresentada pelo governo então no poder, o Parti Québécois, que defendia a proibição de sinais religiosos ostensivos por parte do pessoal que trabalha em instituições de ensino. Um relatório da Comissão de Assuntos Religiosos mencionou que "seria prudente tentar prever os efeitos da aplicação de um regulamento tão controverso no meio educativo"[2], mostrando, assim, que a comissão seria implicitamente contra essa proposta. Um segundo aspecto refere-se ao questionamento da própria existência da comissão: "Além disso, na sequência desses debates, certos atores sociais que exigem a secularização completa do sistema educativo do Quebec questionaram a existência da Comissão de Assuntos Religiosos, como se ela representasse um elemento do antigo sistema confessional" (CAR, 2013, p. 13)[3]. Uma eleição provincial levou, entretanto, a uma mudança de governo, e o projeto da "Carta de Valores" foi abandonado. Em 2014, porém, o cargo de secretário de Assuntos Religiosos deixou de existir e a comissão foi integralmente abolida em 2019, como parte da reforma da Lei da Educação.

O que podemos concluir desses desafios e mudanças? Em primeiro lugar, no que diz respeito à Comissão de Assuntos Religiosos, a questão da religião na escola tornou-se bastante controversa e os políticos parecem relutantes em receber conselhos e recomendações de quaisquer gabinetes públicos no que concerne ao tema, especialmente após anos de intensas deliberações e decisões radicais na década de 2000. A esse respeito, podemos mencionar que uma outra organização importante que tinha produzido orientações fundamentais sobre o pluralismo religioso fora recentemente abolida: a Direção de Relações Interculturais[4]. Em segundo lugar, no que diz respeito aos animadores espirituais nos serviços de saúde, os últimos anos testemunharam várias mudanças que tenderam a diminuir as ligações entre as esferas

2 Tradução realizada a partir do original em francês: "*il serait prudent d'essayer de prévoir les effets, dans le milieu scolaire, de l'application d'une telle règle*".

3 Tradução realizada a partir do original em francês: "*Par ailleurs, dans la foulée de ces débats, certains acteurs sociaux qui réclament la laïcisation complète du système scolaire québécois ont mis en cause l'existence du Comité sur les affaires religieuses comme si celui-ci était un élément de l'ancien système confessionnel*".

4 As razões evocadas para a sua abolição relacionaram-se a restrições orçamentais que afetaram vários serviços (Quebec, 2014).

política e religiosa: os requisitos de formação diminuíram, as relações oficiais com grupos religiosos para aprovar as nomeações de animadores espirituais terminaram e os especialistas em religião não foram consultados no contexto dessas mudanças (LeBrun, 2014; Charron; Nyabenda, 2013). As recentes reformas educativas, para além da adoção de uma lei que proíbe o uso de símbolos religiosos em determinadas funções públicas (Lei sobre o Laicismo do Estado, 2019), tendem a mostrar que a dimensão religiosa já não é vista como suporte da identidade nacional, sobretudo quando essa dimensão se torna mais plural.

A ESPIRITUALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Depois de ter descrito esse cenário da gestão política, uma análise do conceito de espiritualidade poderia se beneficiar muito de uma revisão do conteúdo de certos documentos governamentais produzidos no Quebec, sobretudo a partir da década de 1990. Mencionaremos aqui algumas das principais documentações. A partir de 1992, o Comitê Católico publicou dois relatórios de investigação relevantes para o tema deste artigo. Um centra-se nos adolescentes, *Au-delà des apparences* (Cadrin-Pelletier, 1992), e o outro, nos estudantes universitários, *Éthique, spiritualité et religion au Cégep* (CSE; Comité Catholique; Côté, 1992). Resultado de uma investigação qualitativa junto a universitários com idades compreendidas entre os 17 e os 20 anos, esse último relatório comenta as necessidades desses jovens relativamente aos temas em estudo. No horizonte dessa investigação está a percepção de que o ambiente universitário foi forçado a colocar mais ênfase no desempenho e nos desafios operacionais, em detrimento das questões de significado (CSE; Comité Catholique; Côté, 1992, p. 1). Os investigadores fizeram perguntas aos estudantes sobre os seus valores e desafios, além de questionamentos acerca de suas experiências espirituais e sobre o que significa a espiritualidade para eles (CSE; Comité Catholique; Côté, 1992, p. 81). Os resultados foram muito interessantes. Nas entrevistas, a dimensão espiritual emerge "como fonte e fundamento do engajamento ético", e também se relata que os estudantes, "sem necessariamente empregar um vocabulário de espiritualidade […] identificaram essas experiências originais de diferentes maneiras, que quase sempre se relacionavam com alguma forma de autoconhecimento"[5]. Quanto à assim chamada "experiência espiritual", os jovens evocaram "qualidade de vida e relações", "o que vem de dentro de si mesmo" – em oposição ao "que vem de fora de si mesmo" – que pode ser explorado através de "um caminho de interioridade" (CSE; Comité Catholique; Côté, 1992, p. 17)[6]. As experiências espirituais a que se referem relacionam-se com um sentido de "altruísmo" e, em alguns casos, com a transcendência de algo que "geralmente hesitam em nomear"[7], por vezes ligado a noções de

5 Tradução realizada a partir do original em francês: *"comme source et fondement de l'engagement éthique"* e *"sans employer nécessairement le vocabulaire de la spiritualité […] ont identifié cette expérience originelle de différentes manières, qui revenaient presque toutes à une forme de retour à soi"*.

6 Tradução realizada a partir do original em francês: *"expérience du spirituel"*, *"la qualité d'être et de relation"*, *"ce qui vient d'en dedans"*, *"ce qui vient de l'extérieur"* e *"la voie de l'intériorité"*.

7 Tradução realizada a partir do original em francês: *"hésitent généralement à nommer"*.

sofrimento e de morte (CSE; Comité Catholique; Côté, 1992, pp. 18-9).

Um texto muito influente, habitualmente designado pelo nome do presidente da comissão que o produziu – Jean-Pierre Proulx (1999) –, ajudou a orientar o projeto de desconfessionalização. O *Relatório Proulx* define uma "nova perspectiva da religião na escola" como uma "laicidade aberta": "Reconhece a dimensão espiritual dos indivíduos e permite que as escolas ofereçam serviços espirituais e religiosos comuns se assim o desejarem" (Proulx, 1999, p. 7). Esta frase é importante porque inclui a dimensão espiritual e a possibilidade de realizar cerimônias ou rituais religiosos ou espirituais comuns nas escolas. Revisitaremos a ligação entre esses dois aspectos um pouco mais adiante. O volumoso relatório utiliza os termos "espiritual" ou "espiritualidade" cerca de 80 vezes. Menciona que nem todos os indivíduos dão importância às dimensões espirituais ou religiosas da vida (Proulx, 1999, p. 48), indica, no entanto, que "cerca de 64% dos pais que participaram no nosso inquérito e que declararam não ter qualquer filiação religiosa afirmaram que a espiritualidade era importante aos seus olhos" (Proulx, 1999, p. 209). Nas páginas em que o comitê discute se deve ou não integrar a dimensão espiritual à vida escolar, a espiritualidade é entendida como "o que é comumente referido como a 'procura de significado'" (Proulx, 1999, p. 201). O relatório considera que o desenvolvimento espiritual dos alunos pode ser diretamente realizado através de um eventual currículo educativo neutro em matéria de religiões; recomenda a substituição das opções confessionais e morais disponíveis na altura. À luz das consultas, o relatório sugere que uma grande parte da população apreciaria o início de um programa de "serviços comuns de apoio religioso e espiritual", que "reconheceria que os jovens podem prosseguir a sua busca espiritual de sentido em conjunto, como um grupo, ou no âmbito de determinadas tradições religiosas" (Proulx, 1999, p. 212).

O ministro da Educação à época, François Legault, analisou favoravelmente o *Relatório Proulx*, em torno do qual organizou uma comissão parlamentar e audiências públicas. Em seguida, procedeu à execução das reformas sugeridas. Ironicamente, François Legault viria a se tornar o líder de um novo partido político, a Coligação Avenir Québec, eleita em 2018, e que tomaria decisões muito restritivas em matéria de religiões. Um breve documento que resume as reformas que se seguiram especifica que as novas orientações "perseguem o objetivo da coesão social […] ninguém no Quebec quer ver a religião tornar-se um motivo de divisão" (Mels, 2000, p. 1)[8]. Ao sublinhar que a comissão parlamentar não tinha chegado a um forte consenso, o ministro decide que deve agir sem unanimidade (Mels, 2000, p. 3). Nesse pequeno documento, o conceito de religião é utilizado segundo dois significados: a religião refere-se a uma tradição e a uma cultura de que todos os quebequenses devem ter conhecimento, e refere-se também aos diferentes grupos religiosos a que pertencem os estudantes – de modo que esse conhecimento pode contribuir para uma vida harmoniosa. Esses significados da religião também estão presentes no *Relatório Proulx*. No documento do ministro, o adje-

8 Tradução realizada a partir do original em francês: *"poursuivent un objectif de cohésion sociale […] nul au Québec ne souhaite que la religion soit un facteur de division"*.

tivo "espiritual" só é utilizado em relação ao novo serviço de animadores espirituais, que substituirá a animação pastoral e tradicional. Esse novo serviço é definido da seguinte forma:

"A expressão 'cuidados espirituais' designa aquilo que está relacionado com o sentido da vida, as experiências refletidas e responsáveis, bem como os valores. O 'espiritual' distingue-se da 'religião', que se preocupa com o divino, que inclui a dimensão espiritual, mas relaciona-a com a fé em um Deus ou com uma comunidade de fé. O cuidado espiritual consiste, portanto, em ajudar os alunos a enfrentar as questões sobre o sentido da vida, tal como elas se relacionam com os acontecimentos e situações cotidianas: dificuldades familiares, busca por identidade, problemas de adaptação, buscas espirituais, acidentes, lutos, experiências amorosas, observações de injustiças, etc. Ajudá-los-á a orientar a sua consciência, a discernir o sentido das coisas, a adquirir razões para viver. A expressão 'envolvimento comunitário' designa aquilo que é relativo ao sentido de pertença e ao sentido de solidariedade" (Mels, 2000, pp. 14-5)[9].

O ministro também anunciou:

"[...] o serviço pode oferecer uma variedade de atividades de natureza humanitária, espiritual, inter-religiosa ou enraizada na fé, particularmente no que diz respeito à procura de sentido entre os jovens, à necessidade de os estudantes se comportarem de acordo com a sua filiação religiosa particular [...] os meios podem orientar os serviços de acordo com as características sociorreligiosas dos seus estudantes" (Mels, 2000)[10].

Em 2005, foi publicado um documento que definia o serviço de animação espiritual. A "vida espiritual" é aí definida de uma forma que teria alcançado consenso: "A vida espiritual é uma busca individual no contexto de uma comunidade, uma busca centrada nas questões fundamentais do sentido da vida e que tende para a construção de uma visão da existência consistente, motivadora e em contínua evolução" (Mels, 2006, p. 10).

O documento evoca os grandes textos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que sublinham a universalidade da "regra de ouro" – "faz aos outros o que gostarias que fizessem a ti" –, ligando ao mesmo tempo o envolvimento espiritual, o altruísmo e a vida espiritual. O

9 Tradução realizada a partir do original em francês: "*L'expression 'animation spirituelle' désigne ce qui est relatif au sens de la vie, à l'expérience réfléchie et responsable, aux valeurs. Le 'spirituel' se distingue ainsi du 'religieux', qui concerne la relation au divin, qui englobe la dimension spirituelle mais en la reliant à la foi en Dieu et à une communauté de foi. L'animation spirituelle consistera donc à aider les élèves à faire face aux questions du sens à la vie, au fil des événements et des situations quotidiennes: difficultés familiales, recherche d'identité, problèmes d'adaptation, quête spirituelle, accident, deuil, expériences amoureuses, constat d'injustice, etc. Elle les aidera à former leur conscience, à discerner le sens des choses, à se donner des raisons de vivre. L'expression 'engagement communautaire' désigne ce qui est relatif au sens de l'appartenance et au sens de la solidarité*".

10 Tradução realizada a partir do original em francês: "*[...] le service pourrait offrir une variété d'activités à caractère humanitaire, spirituel, interconfessionnel ou confessionnel axées, notamment, sur la quête de sens des jeunes, les besoin des élèves en fonction de leur appartenance religieuse propre [...] les milieux pourront orienter le service selon les caractéristiques socioreligieuses des élèves*".

documento resume o serviço da seguinte forma: "Um lugar onde se desenvolve o significado e o sentido de solidariedade e descoberta, para aprender a exprimir-se e a 'pensar criticamente'" (Mels, 2006, p. 12). Todas as atividades do programa convergem para a noção de ação, de acordo com o seguinte lema: "Agir, rever e renovar" (Mels, 2006, p. 21).

No que diz respeito às celebrações de culto, uma possibilidade abordada pelo documento ministerial de 2000, o documento de 2005 especifica que elas devem ser menos frequentes. O texto menciona que as igrejas (o único grupo religioso exemplificado) podem servir de intermediárias ou que as atividades rituais podem ocorrer fora do horário escolar regular, mas com um animador que não represente nenhuma religião em particular.

Um outro documento, produzido pela Comissão de Assuntos Religiosos em 2007, constitui um complemento útil a esse tópico, revelando o desafio de comentar o artigo 36 da lei sobre o ensino público, que menciona o desenvolvimento espiritual dos alunos. O documento coloca a questão central:

"Mas por qual razão a escola deve se preocupar com o desenvolvimento 'espiritual' do aluno? O que é que queremos dizer com isso? O termo é preocupante: em qual área pessoal obscura é suposto a escola interferir? O espírito, também conhecido por alma? Será que estamos a assistir a uma mudança perigosa em relação à missão das escolas seculares? A questão aqui é compreender o que é que o qualificativo 'espiritual' acrescenta ao desenvolvimento escolar do aluno. Se a escola cumprir bem a sua missão, o aluno sairá educado, socializado e qualificado. O que é que queremos mais?" (Mels, 2006, p. 10)[11].

A resposta a essas perguntas reside na compreensão de que uma pessoa é maior do que as suas diversas competências e realizações, e que o significado da espiritualidade reside no seu sentido fundamental de valor e dignidade (Mels, 2006, p. 12). Facilitar o desenvolvimento espiritual de uma pessoa consistiria em "ativar nessa pessoa essa predisposição para entrar em si própria para descobrir o que a faz viver como um ser humano pleno" (Mels, 2006, p. 23)[12].

O que é que podemos concluir dessas análises? Em primeiro lugar, um certo número de elementos recorrentes parece caracterizar a espiritualidade na política educacional e prefigurar os desígnios do novo serviço: a procura de sentido, a ajuda mútua, a dignidade humana e o altruísmo. Os fenômenos espirituais centram-se, em grande parte, no indivíduo, no corpo e na eficácia, ou em como eles englobam traços da sociedade moderna (CAR, 2003,

---

11 Tradução realizada a partir do original em francês: *"Mais pourquoi l'école devrait-elle s'occuper du cheminement 'spirituel' de l'élève? Que veut-on dire? Le terme inquiète: dans quelle zone obscure de la personne l'école devrait-elle s'immiscer? Son esprit, autant dire son âme? Assistons-nous à un glissement dangereux par rapport à la mission de l'école laïque? La question est ici de savoir ce que le qualificatif 'spirituel' ajoute au cheminement scolaire de l'élève. Si l'école remplit bien sa mission, l'élève en sortira instruit, socialisé et qualifié. Que demander de plus?"*.

12 Tradução realizada a partir do original em francês: *"activer en lui cette prédisposition à entrer en lui-même pour y découvrir ce qui le fait vivre en tant qu'être humain à part entière"*.

p. 37). O entendimento da espiritualidade absorve também o que deve ser incluído em um âmbito ético de abertura aos outros. Desse modo, são favorecidas a espiritualidade interior e as atitudes de solidariedade em relação à comunidade, a partir das quais emerge o duplo ângulo que se deve buscar: Serviço de Atendimento e Orientação Espiritual e Envolvimento Comunitário. No próximo item, serão considerados alguns desafios que se colocam a esse respeito.

Em segundo lugar, note-se que a religião e a espiritualidade nem sempre são tratadas como entidades separadas. Estas noções parecem estar intimamente ligadas, como binômios de um mesmo fenômeno, girando em torno dos temas da modernização e da secularização. A secularização produziu um declínio da religião institucional, em favor de uma espiritualidade individual, difusa e dispensável, mas sem significar sempre uma ruptura:

"A dimensão religiosa, embora continue a contribuir para a integração social e a dar sentido às nossas vidas, adaptou-se a este novo contexto social, tornando-se individualista, secular e pragmática. A espiritualidade tem se inspirado na nova mitologia da liberdade, da ciência e do espírito empresarial. Ela tornou-se um mosaico de crenças, uma atualização da religião e um reflexo das transformações que ocorrem em sociedades contemporâneas, incluindo o Quebec" (CAR, 2003, p. 36).

Em terceiro lugar, um enquadramento cristão marcou essas abordagens da espiritualidade. Como definido acima, a vida espiritual diz respeito ao caminho pessoal dentro do coletivo (CAR, 2003, p. 10), referindo-se assim a uma concepção religiosa de espiritualidade (em comunidade). Além disso, esse esforço individual deve ter como objetivo deixar algo para as gerações futuras – uma ideia-chave evangélica. Note-se, por fim, que uma abordagem central defendida para o serviço, "agir, rever e renovar" (CAR, 2003, p. 21), se assemelha a uma abordagem bem conhecida nas sociedades católicas – "olhar, julgar, agir" (*voir-juger-agir*) – que foi desenvolvida nos movimentos da Action Catholique do século XX. Em suma, são muitas as influências que permeiam esses documentos, entre as quais se destacam a modernidade religiosa e os seus traços característicos, bem como o cristianismo e os seus objetivos éticos.

Em quarto lugar, algumas definições são tão abrangentes que parecem assumir que qualquer pessoa se reconhece como espiritual. De fato, ao associar a espiritualidade a ideias tão gerais como a procura de sentido, por exemplo, ou à dignidade humana, ninguém parece poder escapar à dimensão espiritual da vida. Nesse ponto, podemos recordar a forma como o *Relatório Bouchard-Taylor* enquadra a laicidade: "O compromisso do Estado com a autonomia individual implica que os indivíduos sejam reconhecidos como soberanos em relação à sua consciência e que tenham os meios para fazer as suas próprias escolhas existenciais, sejam estas seculares, religiosas ou espirituais" (*Relatório Bouchard-Taylor*, 2008, p. 138). Não devemos esquecer que um terceiro termo da equação, para além da religião e da espiritualidade, é a visão secular da vida.

E QUANTO AO NOVO SERVIÇO? RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Se o Programa de Ética e Cultura Religiosa foi objeto de grande atenção por parte dos investigadores, o mesmo não aconteceu com o novo serviço que veio substituir a animação pastoral nas escolas: o Serviço de Atendimento e Orientação Espiritual e Envolvimento Comunitário – Um Serviço Educativo Complementar (2006). No texto do Ministério da Educação a respeito do serviço, ele é posicionado como o resultado de um "consenso geral que emergiu de audiências públicas de 1999" (Mels, 2006, p. 8). No que concerne à natureza do serviço, o enquadramento ministerial afirma que ele é "não confessional", o que significa que: "(1) Não se destina a realizar a missão específica das igrejas ou grupos religiosos, ou a servir aos seus interesses; (2) Independentemente das suas convicções religiosas, as pessoas que prestam esse serviço não atuam em nome das igrejas ou dos grupos religiosos. Não têm o direito de promover as perspectivas ou os rituais de qualquer igreja ou grupo religioso" (Mels, 2006, p. 10).

Na sequência de todas as reformas ocorridas nas escolas públicas sobre a questão religiosa, realizei um estudo sobre essa nova profissão (Lefebvre, 2007). Até que ponto os animadores conseguiram integrar o objetivo de facilitar o desenvolvimento espiritual dos alunos nas escolas públicas? Como é que foi entendido o papel do novo Serviço de Atendimento e Orientação Espiritual e Envolvimento Comunitário? Quais práticas levaram em conta os temas promovidos da diversidade espiritual e religiosa?

A dimensão espiritual, na maioria dos casos (quase 60 entrevistas), referia-se ao desenvolvimento da reflexão interior, à capacidade de dar sentido aos acontecimentos e à capacidade de reflexão ética. A transmissão de valores e a abertura à alteridade foram também noções importantes para vários membros do pessoal docente e para os animadores. Encontramos assim, essencialmente, os mesmos elementos que no item anterior. A nova profissão conheceu, no entanto, dois desafios principais. Por um lado, um animador tem muitas vezes de lidar com várias escolas e, por outro lado, as atividades oferecidas pelo serviço estão, de fato, principalmente relacionadas com o componente de envolvimento da comunidade, sendo o espiritual um conceito bastante vago nos seus objetivos e as escolas, bastante cautelosas no que diz respeito às religiões. Este excerto de uma entrevista com um professor do ensino básico ilustra os dois aspectos:

"A animadora visita 12 escolas por semana. Está esgotada. Neste momento, estou envolvida em um projeto sobre os sem-abrigo. O objetivo do projeto é prestar auxílio e sensibilizar as pessoas. Vamos fazer bolinhos. A animadora reuniu muitos recursos para mim, forneceu contatos no meio e sugeriu a quem podíamos dar os bolinhos e como. Ela está envolvida em projetos de reciclagem, ambientais e de democracia. O seu papel é essencial. As crianças sentem que estão envolvidas, compreendem

que podem mudar uma pequena coisa na sociedade. Sentem-se importantes" (Lefebvre, 2007, p. 84)[13].

O testemunho resume sucintamente um certo número de aspectos do atual serviço. Por um lado, muitas direções escolares apenas prestam um serviço mínimo. Por outro lado, o serviço revelou-se valioso aos olhos de alguns, uma vez que ajuda a sensibilizar para as questões humanitárias e públicas no seio das redes educacionais. O conjunto das entrevistas revelou, de fato, uma continuidade entre o componente comunitário e aquilo que já tinha se tornado uma dimensão importante, por vezes exclusiva, dos serviços pastorais mais antigos. Os animadores conservaram, assim, a ligação a organizações que têm uma história de mobilização nos domínios do altruísmo e da benemerência. Um professor de uma escola secundária explica: "Há anos que colaboro com o animador. Natal, manifestações contra o racismo, manifestações pontuais... No ano passado, organizamos uma campanha de angariação de fundos para o Haiti. O que aconteceu foi que os alunos me disseram que ficaram profundamente tocados por isso" (Lefebvre, 2007)[14].

Embora algumas das atividades identificadas correspondam aos objetivos propostos pelo Ministério da Educação, os significados atribuídos à dimensão espiritual nem sempre são claros: no nível elementar, por exemplo, uma atividade espiritual pode ser um jogo que ajude as pessoas a apreciar as "coisas belas da vida" ou a "contar uma história que ajude os outros a conhecê-lo". As atividades simbólicas e rituais em torno do tema do luto, especialmente no caso de suicídios, podem ser vistas como mais explicitamente espirituais. Os animadores relacionam frequentemente a questão da espiritualidade com grandes valores sociais, como a paz ou as experiências de vida partilhadas por testemunhas convidadas a falar na escola. Na escola primária, alguns animadores estabeleceram ligações entre a espiritualidade e os universos emocionais dos mais novos, por vezes através da música e da arte. A maioria dos participantes confirmou estar mais preocupada com a dimensão comunitária do serviço, e vários diretores de escola temiam abertamente a prática de atividades religiosas.

Em todo caso, como já foi dito, a orientação ministerial de 2005 especifica que as atividades estritamente religiosas devem ser menos frequentes. No entanto, fornece uma longa lista de eventos significativos entendidos como atividades espirituais, tais como exercícios diversos (mandalas, meditações guiadas, imagens

13 Tradução realizada a partir do original em francês: "*L'animatrice a 12 écoles par semaine. Elle est en train de se brûler. Là, je suis sur un projet sur l'itinérance. On va faire un projet pour venir en aide et conscientiser. On va faire des petits gâteaux. Elle est allée me chercher plein d'outils, des contacts avec le milieu, à qui on pourrait donner les petits gâteaux, de quelle façon. Elle fait des choses sur le recyclage, l'environnement, sur la démocratie. Son rôle est primordial. […] Les enfants sentent qu'ils sont embarqués, ils savent qu'ils peuvent changer un petit quelque chose dans la société. Ils se sentent importants*".

14 Tradução realizada a partir do original em francês: "*Moi, ça fait des années que je collabore avec l'animatrice: à Noël, marche 2/3 (pour le tiers monde), activités contre le racisme, activités ponctuelles. L'an passé, on a fait une campagne de financement pour Haïti… des élèves m'ont dit être touchés par cela*".

mentais) para tomar consciência da sua vida interior, da sua dimensão espiritual; visitas a edifícios religiosos (igrejas, mesquitas, mosteiros, sinagogas) para se familiarizar com símbolos (religiosos ou não) da cultura local e de outras culturas; um debate sobre a existência de Deus, a origem da vida, o Big Bang ou a evolução do Cosmos, para comparar e contrastar as suas descobertas e crenças com as dos outros (Mels, 2006, p. 26).

Em Montreal, existem direções escolares francófonas e anglófonas. Ao investigar o lado anglófono, embora as escolas anteriormente protestantes tivessem sofrido o mesmo processo de secularização que as escolas francesas, foi possível constatar que a criação do novo serviço foi uma surpresa para alguns. Possuindo um corpo discente historicamente pluralista, essas escolas estavam, de fato, já largamente secularizadas. Parece haver alguma dificuldade em compreender o papel desse serviço nas suas escolas, tal como descrito por um diretor de uma escola secundária:

"Do ponto de vista protestante, não creio que tenhamos sentido que estávamos perdendo a nossa identidade protestante, porque na verdade não a tínhamos. Eu estava dando aulas num antigo liceu protestante e nos foi atribuído um animador espiritual, que não existia no nosso sistema. E, de repente, tínhamos esse animador, cuja função não conhecíamos, e que era um padre católico. Passamos de não ser nada religiosos a ter um padre católico. Foi surpreendente. Ele não ensinava religião; organizava muitas assembleias multirreligiosas para os alunos, fazia leituras sobre o 11 de setembro nos EUA e diferentes crianças liam uma oração de cada religião. Assim, uma criança sikh lia alguma coisa, e uma criança judia lia alguma coisa, porque tínhamos todas elas nas nossas aulas" (Lefebvre, 2007, p. 94).

É de ressaltar que esses tipos de experiências inter-religiosas não foram relatados nos meios escolares francófonos, mesmo que fossem possíveis pelo enquadramento das reformas. A nomeação de um padre como animador revela uma certa continuidade com a missão pastoral; muitos membros do clero assumiram o novo papel. Depois de vários anos de implantação do serviço, os funcionários foram escolhidos entre pessoas com outra formação e que não pertenciam necessariamente ao mundo da pastoral. Jacques Cherblanc (2005) efetuou também um estudo sistemático sobre o tema do novo serviço no Quebec. Com base em entrevistas sobre a visão espiritual promovida pelos animadores, pessoalmente e em suas práticas, ele afirma que o que seria "religiosamente aceitável" no Quebec poderia ser definido como um contexto em que "a religião já não é reconhecida como uma instituição produtiva no sentido provado ou coletivo. O indivíduo prefere gerir a sua própria espiritualidade. Devido à natureza não confessional do serviço, encontramo-nos perante uma 'espiritualidade sem conteúdo'" (Cherblanc, 2005, p. 81). Tal como na análise apresentada no item anterior, Cherblanc considera que os valores mais amplos da proposta ministerial (Mels, 2006) giram em torno da alteridade (cidadania, solidariedade, voluntariado) e do eu (crescimento, auto-

nomia, experimentação). Mais recentemente, Cherblanc interpretou o espiritual como um "capital de que o campo político [...] se apropriou ao transformá-lo" (Cherblanc, 2010, p. 304).

Em suma, o novo serviço apresenta simultaneamente uma ruptura e uma continuidade com o serviço pastoral anterior, tanto que muitos pastores e padres assumiram esse novo papel. Perante uma concepção do espiritual bastante vaga e generalista, em um contexto onde reinam receios em relação à expressão da religião na escola, os animadores e as instituições educacionais estão consideravelmente mais à vontade com projetos comunitários e sociais. Para compreender melhor as práticas adotadas pelos animadores, seria necessário identificar detalhadamente o conjunto de suas atividades e iniciativas. De fato, a proposta do Ministério da Educação prevê adaptações em função das necessidades locais.

ESPIRITUALIDADE E INTER-RELIGIOSIDADE: NOVAS FORMAS DE LEGITIMAÇÃO DA RELIGIÃO NA ESFERA PÚBLICA?

É importante compreender o que está em jogo no aumento da importância desse conceito de espiritualidade nas políticas públicas do Quebec e de outros países. No contexto suíço, Christophe Monnot (2013) examina a inovação acionada pelo pluralismo religioso, muitas vezes expressa em termos de distinção entre religião e espiritualidade. Em um nível, ele sugere uma divisão entre as principais tradições religiosas e as novas correntes holísticas e alternativas. Em um segundo nível, os atores religiosos segmentaram eles próprios o campo religioso, abrindo um "campo espiritual com fronteiras cada vez mais tênues e muito pouca institucionalização" (Monnot, 2013, p. 217). Em vez de se diferenciar do religioso, o espiritual surgiu através da diminuição das referências formais, "criando locais de encontro mais soltos e menos hierárquicos" (Monnot, 2013, p. 220). Essa técnica representa claramente uma estratégia de adaptação ao mercado espiritual atual por parte dos representantes da religiosidade institucional. Monnot focaliza, no entanto, os grupos holísticos, e não a corrente espiritual *mainstream* que pretende incluir todas as tendências ao mesmo tempo e que substitui o sistema confessional, como no caso do Quebec. Como mencionado no primeiro item deste texto, os serviços de capelania na Europa permanecem em grande parte sob a supervisão de grupos religiosos historicamente estabelecidos, particularmente as igrejas cristãs.

Podemos concluir com cinco pontos. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao estudo de caso do Quebec, segundo os atores envolvidos, a espiritualidade na educação parece ter recuperado duas divisões religiosas mais ou menos simultâneas ou alternadas. Por um lado, o conceito de espiritualidade surgiu a partir de uma matriz confessional, segundo a lógica da espiritualização da religião, que pretendia instalar-se em um novo mercado espiritual mais flexível, de acordo com as interpretações de diversos atores. Não se pode deixar de constatar, na lei-

tura dos documentos governamentais produzidos sobre o tema durante a década de 2000, que, ao associar à espiritualidade valores éticos importantes e partilhados, como a dignidade humana e a solidariedade social, o âmbito do espiritual foi consideravelmente alargado.

Em segundo lugar, a utilização do conceito de espiritualidade nas políticas públicas evoca várias tendências e influências de diversos grupos. Entre eles estão os pais católicos que fizeram campanha, através do processo que levou à adoção da Declaração dos Direitos da Criança, para uma articulação clara sobre a importância de proteger o desenvolvimento espiritual da criança (Ferretti, 2015). Verificamos também que grupos espirituais, grupos alternativos e grupos religiosos se submeteram e se adaptaram a um mercado espiritual mais flexível. Inseridos nessa mistura estão indivíduos e grupos que reivindicaram a espiritualidade como fonte de legitimação da relevância da sua busca de sentido, nomeadamente os ateus. Em países como os Estados Unidos e a Inglaterra, o conceito é frequentemente utilizado. Recorde-se a crítica de Winnifred Sullivan, segundo a qual estamos diante da expressão de uma naturalização da religião que, por conseguinte, exerce pressão sobre os indivíduos, que devem imperativamente pertencer a alguma forma de espiritualidade.

Em terceiro lugar, existe em todo o debate, sem dúvida, um jogo de legitimação, uma espécie de combate político-religioso no contexto da secularização e da pluralização (Fujiwara, 2011). Podemos afirmar que esses documentos e reformas acadêmicas são geralmente apologéticos da visão pluralista e não confessional da educação e do serviço espiritual. Mas, para além de tudo isso, não haverá uma estrutura que se mantém bastante cristã em relação às ideias de espiritualidade interior, de reinterpretação dos acontecimentos no sentido de uma finalidade altruísta, de desenvolvimento pessoal etc.? Embora o desejo de ser inclusivo esteja certamente presente, devemos perguntar-nos em qual quadro essa inclusão existe.

Em quarto lugar, o planejamento e a instalação do Serviço de Atendimento e Orientação Espiritual e Envolvimento Comunitário, bem como a inclusão do objetivo de desenvolvimento espiritual dos estudantes, são muitas vezes apresentados nos documentos em estudo como tendo sido consensuais no Quebec. O *Relatório Proulx* indica que mais de 60% dos pais não filiados a nenhuma religião consideram que a espiritualidade é importante, e a proposta do Ministério da Educação baseia claramente esse consenso nas declarações dos membros que participaram das suas audiências (Mels, 2006, p. 8). Se é verdade que essa afirmação provoca pouca controvérsia, a investigação também ilustra que o fato de ter sido dada prioridade ao componente comunitário, para além do tempo reduzido de trabalho dos próprios animadores, limitou o impacto. No entanto, é importante notar que as atividades indicadas pela proposta ministerial podem eventualmente alienar certos pais, nomeadamente as que se referem a atividades de meditação. Os críticos do domínio do cenário religioso em observação por parte das religiões majoritárias também colocaram questões sobre quais aspectos

da religião poderiam ser aceitáveis nos serviços de animação. Durante as discussões sobre Deus ou sobre as origens do Universo, por exemplo, deverão ser introduzidas posições minoritárias ou deverá ser dado destaque às escolas de pensamento reconhecidamente monoteístas e orientais? No que concerne às visitas de estudo a templos, igrejas, mesquitas e outros locais semelhantes, deverão estas limitar-se aos locais religiosos da maioria e dos grupos socialmente legítimos?

Finalmente, até que ponto pode o Estado regular a espiritualidade individual ou confessional? Sobre esse tema, devemos reconhecer que o Quebec se distinguiu, desde 1999, pelos seus esforços para promover a lógica da igualdade entre as convicções, em um processo que só veio a ser interrompido recentemente, quando, como já foi dito, se passou a adotar uma abordagem fortemente nacionalista secularista. A despeito dessa interrupção, cumpre lembrar que mesmo a promoção da lógica da igualdade é frequentemente limitada a algumas religiões bem estabelecidas no tecido da sociedade. Aqui, revisitarei uma questão simples que já foi elaborada em outro texto (Lefebvre, 2014): a igualdade pressupõe que os cuidados espirituais ou o ensino religioso que se pretenda neutro possam incluir explicitamente todas as convicções possíveis, religiosas ou outras? Parece que tem sido difícil escapar completamente às ideias históricas e majoritárias sobre esse tema. Devemos também lembrar a importância de cultivar a imparcialidade nos novos profissionais para que considerem e respeitem a diversidade de convicções, incluindo aquelas de quem pretende viver sem espiritualidade.

REFERÊNCIAS

AIISSQ – Association des Intervenantes et Intervenants en Soins Spirituels du Québec. Disponível em: http://aiissq.org/.

BÉLAND, J.-P.; LEBUIS, P. *Les défis de la formation à l'éthique et à la culture religieuse*. Quebec, Presses de l'Université Laval, 2008.

BINDER, M. J. "'I saw the universe and I saw the world': exploring spiritual literacy with young children in a primary classroom". *International Journal of Children's Spirituality,* 16 (1), 2011, pp. 19-35.

CADRIN-PELLETIER, C. "L'éducation à la diversité religieuse dans le système scolaire québécois", in S. Lefebvre (ed.). *La religion dans la sphère publique*. Montreal, Presses de l'Université de Montréal, 2005, pp. 92-114.

CADRIN-PELLETIER, C. *Au-delà des apparences: sondage sur l'expérience morale et spirituelle des jeunes du secondaire*. Quebec, Ministère de l'Éducation, Direction de l'Enseignement Catholique, 1992.

CAMPICHE, R. J. *Cultures jeunes et religions en Europe*. Paris, Les Éditions du Cerf, 1997.

CAR – Comité sur les Affaires Religieuses. *Le cheminement spirituel des élèves — Un défi pour l'école laïque*. Quebec, Gouvernement du Québec, avis au Mels, 2007.

CAR – Comité sur les Affaires Religieuses. *Rapport annuel 2012-2013*. Quebec, Dany Rondeau, Mels, Gouvernement du Québec, 2013.

CAR – Comité sur les Affaires Religieuses. *Religious rites and symbols in the schools: the educational challenge of diversity*. Rapport au Ministère de l'Éducation, Gouvernement du Québec. Quebec, Bibliothèque Nationale du Québec, 2003.

CASC/ACSS – Canadian Association for Spiritual Care. Disponível em: http://www.spiritualcare.ca/.

CHARRON, A. *École et religion: le débat*. Quebec, Fides, 1995.

CHARRON, J.-M.; NYABENDA, M. "Les orientations ministérielles pour l'organisation du service d'animation spirituelle en établissements de santé et de services sociaux: mise en contexte et analyse", in G. Jobin; J.-M. Charron; M. Nyabenda. *Spiritualités et biomédecine: enjeux d'une intégration*. Quebec, Presses de l'Université Laval, 2013, pp. 99-112.

CHERBLANC, J. *Théorisation ancrée du religieusement acceptable au Québec: le Service d'Animation Spirituelle et d'Engagement Communautaire dans les écoles secondaires francophones de l'Île de Montréal*. Tese de pós-doutorado. Montreal, Université du Québec à Montréal, 2005.

CHERBLANC, J. "Modernité, religion et éducation au Québec: de la régulation religieuse de l'éducation à la régulation politique du spirituel", in R. Mager; S. Cantin. *Modernité et religion au Québec*. Quebec, Presses de l'Université Laval, 2010, pp. 293-305.

CHERBLANC, J.; RONDEAU, D. (eds.). *La formation à l'éthique et à la culture religieuse — Un modèle d'implantation de programme*. Quebec, Presses de l'Université Laval, 2010.

CHOUINARD, T. "Québec écarte le Comité aux Affaires Religieuses". *La Presse*, 24/set./2013.

COMTE-SPONVILLE, A. "Saving the spirit", in S. Lefebvre; A. T. Queiruga; M. Clara (eds.). *Bingerm*, 46 (4), pp. 29-36.

COMTE-SPONVILLE, A. *L'esprit de l'athéisme − introduction à une spiritualité sans Dieu*. Paris, Éditions Albin Michel, 2006.

CSE – Comité Supérieur de l'Éducation; Comité Catholique; Côté, G. *Éthique, spiritualité et religion au Cégep*. Ste-Foy, Le Conseil Direction de Communication, Gouvernement du Québec, 1992.

ESLIN, J.-C. "Indépassable religion". *Revue Esprit*. Paris, 1997, pp. 7-19.

ESTIVALÈZES, M.; LEFEBVRE, S. (eds.). *Le programme d'Ethique et Culture Religieuse: de l'exigeante conciliation entre le soi, l'autre et le nous*. Quebec, Presses de l'Université Laval, 2012.

FERRETTI, L. "La Déclaration des Droits de l'Enfant de 1959: la position des catholiques (français et québécois) devant la montée de l'idéologie des droits", in S. Lefebvre; C. Béraud; M. Meunier. *Le catholicisme dans la culture, au Québec et en France*. Renne/Quebec, Presses de l'Université de Renne/Presses de l'Université Laval, 2015.

FORNEROD, A. (ed.). *Assistance spirituelle dans les services publics – situation française et éclairages européens*. Estrasburgo, Presses de l'Université de Strasbourg, 2012.

FUJIWARA, S. "Has deconfessionalization been completed? Some reflections upon Québec's Ethics and Religious Culture (ERC) program". *Religion & Education,* 38 (3), 2011, pp. 278-87.

LEBRUN, E. "De la confessionnalité à la spiritualité: le cas des professionnels des soins spirituels dans les milieux de la santé", in S. Lefebvre; C. Béraud; M. Meunier. *Le catholicisme dans la culture, en France et au Québec*. Renne/Quebec, Presses de l'Université de Renne/Presses de l'Université Laval, 2014.

LEFEBVRE, S. (ed.). "Sens et spiritualité dans les pratiques professionnelles". *Théologiques,* 9 (2), 2001, pp. 3-5.

LEFEBVRE, S. "A cultural and dialogic approach to religious education." *India International Centre Quarterly,* 40 (3&4), 2014, pp. 102-116.

LEFEBVRE, S. *Gestion de la diversité religieuse dans l'espace scolaire: nouvelles pratiques*. Report submitted to the Secrétariat aux Affaires Religieuses, Ministère de l'Éducation, du Loisir et du Sport, feb./2007. Disponível em: http://www.observatoire desreligions.ca.

MELS – Ministère de l'Éducation, du Loisir et du Sport. *Dans les écoles publiques du Québec: une réponse à la diversité des attentes morales et religieuses*. Quebec, Gouvernement du Québec, 2000.

MELS – Ministère de l'Éducation, du Loisir et du Sport. *Ministerial framework: developing the inner life and changing the world*. Quebec, Gouvernement du Québec, 2006.

MELS – Ministère de l'Éducation, du Loisir et du Sport. *Quebec Education Program: ethics and religious culture*. Quebec, Gouvernement du Québec, 2008.

MONNOT, C. *Croire ensemble. Analyse institutionnelle du paysage religieux en Suisse avec une postface de Mark Chaves*. Zurique/Genebra, Seismo, 2013.

MSSS – Ministère de la Santé et des Services Sociaux. *Orientations ministérielles pour l'organisation du Service d'Animation Spirituelle en établissements de santé et de services sociaux*. Quebec, Gouvernement du Québec, 2010.

POUR UNE ÉCOLE libre au Québec. "L'animation de la vie spirituelle et d'engagement communautaire dans les écoles québécoises". 25/mai./2009. Disponível em: http:// www.pouruneécolelibre.com/2009/05/lanimation-de-la-vie-spirituelle-et.html.

PROULX, J.-P. et al. *Religion in secular schools: a new perspective for Quebec*. Quebec, Ministère de l'Éducation du Québec, 1999.

QUÉBEC. Décret 1177-83. *Gazette officielle du Québec,* n. 28, 115e année, 29/jun./1983.

QUÉBEC. *Immigration, diversité et inclusion*. Publications du Conseil des Relations Interculturelles. Disponível em: http://micc.gouv.qc.ca/fr/publications/publications-cri/index.html.

ROOF, W. C. *A generation of seekers: the spiritual journeys of the baby boom generation*. São Francisco, HarperSanFrancisco, 1993.

SAINT-PIERRE, C. "Le Conseil Supérieur de l'Éducation, le projet initial du *Rapport Parent* et sa mise en oeuvre depuis 1964". *Bulletin d'Histoire Politique – Le Rapport Parent 1963-2003. Une tranquille révolution scolaire,* 12 (2), 2007, pp. 95-105.

SULLIVAN, W. F. *A ministry of presence: chaplaincy, spiritual care, and the law*. Chicago, University of Chicago Press, 2014.

SULLIVAN, W. F. *Prison religion: faith-fased reform and the Constitution*. Princeton, Princeton University Press, 2009.

SULLIVAN, W. F. *The impossibility of religious freedom*. Princeton, Princeton University Press, 2005.

VINCETTE, G.; WOODHEAD, L. "Spirituality", in L. Woodhead; H. Kawanami; C. Partridge. *Religions in the modern world*. Londres/Nova York, Routledge, 2009, pp. 319-37.